

STJ00110168

FLÁVIO MARTINS

DIREITOS SOCIAIS

**EM TEMPOS DE CRISE
ECONÔMICA**

2020

saraiva  *jur*



Av. Paulista, 901, 3ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Martins, Flávio
Direitos sociais em tempos de crise econômica / Flávio
Martins – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
496 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1864-4 (impresso)

1. Direitos humanos. I. Título.

20-0294

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos 323.09

Data de fechamento da edição: 28-2-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606320 CAE 723661

Direção executiva	Flavia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clanissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais	Breno Lopes de Souza Josiane de Araujo Rodrigues Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
---------------------------------------	--

Projeto gráfico, diagramação e revisão	Know-How Editorial
Capa	Deborah Mattos
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

117455

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
I OS DIREITOS SOCIAIS	19
1.1. O surgimento do constitucionalismo social	19
1.2. Uma nova geração de direitos	27
1.3. Uma questão de nomenclatura.....	33
1.4. Normas internacionais acerca dos direitos sociais.....	35
1.4.1. A proteção do direito internacional geral.....	35
1.4.1.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos e Carta das Nações Unidas.....	35
1.4.1.2. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)	40
1.4.1.3. O Protocolo Facultativo de 2008 e a busca por eficácia das normas internacionais	58
1.4.2. A proteção do direito internacional regional	61
1.4.2.1. A proteção do direito internacional regional (Europa).....	66
1.4.2.2. A proteção do direito internacional regional (América).....	70
1.4.2.3. Decisões interamericanas sobre direitos sociais....	87
1.5. Proteção constitucional dos direitos sociais	93
1.5.1. Proteção constitucional dos direitos sociais no Brasil.....	127
1.6. A natureza jurídica dos direitos sociais	132
1.6.1. Teorias negativas.....	132
1.6.2. Direitos sociais como direitos fundamentais	136
1.6.2.1. Direitos sociais como direitos públicos subjetivos	143
1.7. Históricas distinções entre os direitos individuais e sociais.....	148
1.7.1. Direitos sociais como direitos positivos (direitos de prestação)	149

1.7.2. Maior onerosidade dos direitos sociais	152
1.7.3. Titularidade setorial dos direitos sociais.....	154
1.7.4. Indeterminabilidade do conteúdo constitucional dos direitos sociais.....	155
1.8. Regime jurídico-constitucional dos direitos sociais.....	167
II OS LIMITES DA EXIGÊNCIA IMEDIATA DOS DIREITOS SOCIAIS: A RESERVA DO POSSÍVEL (<i>DER VORBEHALT DES MÖGLICHEN</i>) E O MÍNIMO EXISTENCIAL (<i>THE MINIMAL CORE OBLIGATION, EXISTENZMINIMUMS</i>)	175
2.1. A reserva do possível: antecedentes históricos	175
2.2. Natureza da reserva do possível.....	180
2.3. A reserva do possível na doutrina e na jurisprudência	191
2.4. Mínimo existencial: antecedentes teóricos e jurisprudenciais...	220
2.5. Mínimo existencial e mínimo vital	251
2.6. Núcleo essencial dos direitos fundamentais	255
2.7. Fundamentos teóricos de um mínimo existencial dos direitos sociais: a proposta de John Rawls.....	269
2.8. Críticas à teoria do mínimo existencial	283
2.9. Mínimo existencial como pressuposto da cidadania e da democracia.....	288
2.10. Mínimo existencial como corolário da dignidade da pessoa humana.....	294
2.11. Nossa posição acerca do mínimo existencial.....	321
2.11.1. A educação pública de qualidade como mínimo dos mínimos existenciais.....	338
III OS LIMITES DO RETROCESSO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE.....	365
3.1. Proibição do retrocesso: prolegômenos.....	365
3.2. A proibição do retrocesso na Constituição de 1988	376
3.2.1. A irretroatividade lesiva a direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada	376

3.2.2. A irredutibilidade normativa dos direitos fundamentais (as cláusulas pétreas).....	381
3.3. A proibição do retrocesso: um princípio constitucional?.....	393
3.4. A proibição do retrocesso como princípio político e os seus limites em tempos de crise econômica	399
3.4.1. A proibição do retrocesso como princípio decorrente da progressividade dos direitos sociais	411
3.4.2. Os limites do retrocesso.....	416
3.4.2.1. A razoabilidade e a proporcionalidade da restrição	425
3.4.2.2. A intangibilidade do mínimo existencial ou do núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	436
3.4.2.3. O respeito ao princípio da confiança.....	440
Conclusão.....	455
Referências.....	467